do Pará-SFA/PARÁ; Kleber Farias Perotes – representante do Instituto de Desenvolvimento e da Biodiversidade-IDEFLOR-Bio; Raimundo Nelson Souza da Silva, representante da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA; Renato Pereira Chaves, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS; Raimundo Nonato da Silveira Ribeiro, representante da Associação dos Servidores da EMATER-PARÁ-ASSEMPA; Andrielle Leal da Silva - membro titular representante da DFDA/SEAD; Benedito Elias de Souza representante do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará-SENGE, ausentes: representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, da EMBRAPA e da Assembléia Legislativa. Participaram, ainda da reunião; Paulo Amazonas Pedroso, Rosival Possidônio do Nascimento, Maria Sueli Barbosa, Presidente e Diretores Técnico e Administrativo em Exercício da EMATER-Pará, respectivamente, Edna Telma da Silva Moura, da Assessoria de Comunicação - ASCOM; Ozias Guedes de Aquino, Coordenador de Planejamento; Wildes Luiz dos Santos Brito, Assessor de Desenvolvimento Organizacional-ASDO; Celso Iran Puget Botelho, Coordenador Técnico; Suyane Moraes Santos-Assessoria Jurídica; Roberto Eisaku Suami – Auditoria Interna; Romildo Pereira de Moraes-Coordenador de Recursos Humanos- Alexandre Alberto Gonçalves Galvão; Coordenador da Coordenadoria de Operações-COPER; Júlio César P. Moreira – Assessor da Presidência, Luiz Cavalcante – Chefe de Gabinete-SEDAP e Maria Odete Ferreira Machado, Assistente de Administração. DELIBERAÇÕES:1) Aprovada a Ata por unanimidade; 2) Aprovada a **Deliberação**, cuja íntegra é a seguinte: **DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 11 DE JULHO DE 2017-Disciplina a utilização dos recursos financeiros classificados como "Recursos Próprios" no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Pará - EMATER-PARÁ.** O Médico **GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ**, Presidente do Conselho Técnico Administrativo-CTA da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PARÁ, usando das atribuições que lhe faculta o artigo 6º, do Regimento Interno do CTA, aprovado em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015. CONSIDERANDO que no processo de destinação e uso da Taxa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater configura-se em um elemento de despesa previsto no "Manual de Crédito Rural" - MCR que codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para a Política Agrícola do Brasil, inclusive as normas e resoluções divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao Crédito Rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários, os órgãos articulados e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, sem prejuízo à observância da regulamentação e da legislação aplicáveis; CONSIDERANDO que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PARÁ, órgão oficial de ATER pública e estatal do Estado do Pará, integra o SNCR na condição de Órgão Articulado "...de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica, cujos serviços as instituições financeiras venham a utilizar em conjugação com o crédito, mediante convênio" (Circ BACEN 1.536); CONSIDERANDO que a Taxa de Ater que é cobrada do agricultor/ produtor rural (Res.BACEN 3.208), financiada pelo programa, com a finalidade de garantir os serviços de avaliação prévia da propriedade, estudos técnicos, perícias, laudos e vistorias, orientação técnica ao nível de Agricultor, empresa rural, estudo técnico (plano ou projeto) e outras demandas do Sistema de Crédito e do demandante do Crédito e da empresa de assistência técnica e extensão rural; CONSIDERANDO que o serviço de ater vinculado ao Crédito Rural é prestado diretamente ao produtor, em regra no local de suas atividades, com o objetivo de orientá-lo na condução eficaz do empreendimento financiado. (Res BACEN 3.239); CONSIDERANDO a matriz de gestão da EMATER-PARÁ expressa em seu Organograma para as ações de competências gerenciais e operacionais implementadas nos Programas e Projetos executados para o desenvolvimento rural sustentável do Pará; CONSIDERANDO a necessidade de promover um maior acesso de agricultores familiares e médios produtores às políticas públicas disponíveis com vistas a melhorias da infraestrutura das propriedades rurais, aumento da produção e produtividade das cadeias produtivas e geração de emprego e renda; **DELIBERA:** **Art. 1.º** – De todos os recursos financeiros gerados pela Taxa de ATER, 65% serão destinados à gestão técnica, administrativa e operacional dos serviços e 35% serão destinados à participação funcional, na forma de Bonificação de Produtividade. **Art. 2.º** - Os recursos destinados à gestão técnica, administrativa e operacional dos serviços descritos no artigo 1º serão assim distribuídos: **I - 40%** gerenciados pelo Escritório Central nas

ações de gestão, assessoramento, monitoramento, avaliação e investimento; **II - 10%** gerenciados pelo Escritório Regional na gestão, assessoramento, monitoramento, avaliação das atividades de ATER; e **III - 15%** gerenciados pelo Escritório Local na execução das atividades de ATER. **Art. 3.º** - Os recursos destinados à Gratificação de Produtividade descrita no artigo 1º serão assim distribuídos: **I - 10%** para a bonificação dos servidores em atividade no Escritório Local gerador da taxa de ATER, condicionado ao atingimento da meta; **II - 10%** para a bonificação de todos os servidores em atividades na EMATER-PARÁ; **III - 10%** para bonificação do(s) técnico(s) autores dos projetos e responsável(is) pela assistência técnica aos produtores, geradores da taxa de ATER, condicionado ao atingimento da meta individual; e **IV - 5%** para a bonificação do(s) técnico(s) autores dos projetos e responsável(is) pela assistência técnica aos produtores, geradores da taxa de ATER, na apuração anual da Inadimplência da Carteira (acumulada) de Financiamentos dos Produtores sob sua(s) responsabilidades(s), apuração essa a ser informada pela Instituição Financeira. **Parágrafo Primeiro.** As metas físicas, financeiras e de taxa de adimplência de que trata este artigo serão definidas anualmente pela Diretoria Executiva da EMATER-PARÁ. **Parágrafo Segundo.** Os recursos apurados e não aplicados nos incisos I e III deste artigo serão remanejados para o inciso IV. **Art. 4.º** - A Bonificação de Produtividade de que trata o artigo anterior será concedida a todos os servidores em atividade na Empresa, com base nos seus vencimentos, respeitados os critérios da proporcionalidade. **Art. 5.º** - Os recursos destinados à gestão técnica, administrativa e operacional dos serviços de Ater terão seu processamento efetivado em períodos quadrimestrais, a exemplo da forma como é processado o Quadro Demonstrativo de Quotas Quadrimestrais - QDQQ do Orçamento Geral do Estado - OGE. **Art. 6.º** - Os 35% destinados à participação funcional serão apurados em 31 de dezembro do ano vigente, período em que simultaneamente é encerrado o exercício financeiro e será processado até 30 de abril do ano subsequente, condicionado ao fechamento e aprovação pelos órgãos de controle das contas do exercício findo. **Art. 7.º** - Para a instrumentalização do processo, a Diretoria Executiva da EMATER-PARA constituirá uma Comissão de empregados com atribuições específicas para tal finalidade. **Art. 8.º** - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva da EMATER-PARA. **Art. 9.º** - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se. No **item O que Ocorrer**, no qual os conselheiros Kleber Farias Perotes, Benedito Elias de Souza, Giovanni Correa Queiroz, o presidente da EMATER-Pa Paulo Amazonas Pedroso e o Diretor Técnico da EMATER-PARÁ, Rosival Possidônio do Nascimento, a título de complementação, se reportaram ao contexto da agropecuária estadual e comentaram temas e situações, (direta e indiretamente vinculadas ao crédito rural) relacionadas à agroindústria, e à cadeia produtiva da mandioca, principalmente sobre a) disponibilidade de tecnologias e materiais para esta cultura, b) sistemas de produção, com ênfase à necessidade de aumentar a produtividade (que decresceu em algumas regiões), e ao processamento. Ademais, quanto à existência de fundos de investimentos para financiamento de atividades de desenvolvimento agrícola e ambiental; à necessidade de uma estrutura mínima e de instrumentalização para o trabalho da EMATER. ENCERAMENTO: Por fim, o Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da EMATER-PARÁ, Giovanni Correa Queiroz deu por encerrada a 9ª reunião extraordinária.

Protocolo: 206653

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 20 DE JULHO DE 2017.

Define as metas físicas, financeiras e de adimplência para a elaboração de projetos de crédito rural para o exercício 2017. O Engenheiro Agrônomo **PAULO AMAZONAS PEDROSO**, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PARÁ, usando das atribuições que lhe faculta o artigo 18, do Estatuto da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 1454 de 16 de dezembro de 2015, e publicado no D.O.E. nº 33.033 em 17.12.2015, CONSIDERANDO que no processo de destinação e uso da Taxa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER configura-se em um elemento de despesa previsto no "Manual de Crédito Rural" - MCR que codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para a Política Agrícola do Brasil, inclusive as normas e resoluções divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao Crédito Rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários, os órgãos articulados e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR,

sem prejuízo à observância da regulamentação e da legislação aplicáveis;

CONSIDERANDO que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PARÁ, órgão oficial de ATER pública e estatal do Estado do Pará, integra o SNCR na condição de Órgão Articulado "de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica, cujos serviços as instituições financeiras venham a utilizar em conjugação com o crédito, mediante convênio" (Circ BACEN 1.536);

CONSIDERANDO que a Taxa de ATER que é cobrada do agricultor/ produtor rural (Res.BACEN 3.208), financiada pelo programa, com a finalidade de garantir os serviços de avaliação prévia da propriedade, estudos técnicos, perícias, laudos e vistorias, orientação técnica ao nível de Agricultor, empresa rural, estudo técnico (plano ou projeto) e outras demandas do Sistema de Crédito e do demandante do Crédito e da empresa de assistência técnica e extensão rural;

CONSIDERANDO que o serviço de ATER vinculado ao Crédito Rural é prestado diretamente ao produtor, em regra no local de suas atividades, com o objetivo de orientá-lo na condução eficaz do empreendimento financiado. (Res BACEN 3.239);

CONSIDERANDO a necessidade de promover um maior acesso de agricultores familiares e médios produtores às políticas públicas disponíveis com vistas a melhorias da infraestrutura das propriedades rurais, aumento da produção e produtividade das cadeias produtivas e geração de emprego e renda;

CONSIDERANDO a deliberação Nº 001, datada de 11 de julho de 2017, do Conselho Técnico Administrativo - CTA da EMATER-PARA.

CONSIDERANDO a extensão territorial do Estado do Pará e as peculiaridades sociais, econômicas, ambientais e culturais de cada região; e

CONSIDERANDO a capacidade de atendimento dos extensionistas na prestação de serviços de ATER.

RESOLVE:

Art. 1º - Do público a ser atendido com os projetos de crédito rural elaborados pelos extensionistas da EMATER-PARA, no mínimo, 70% deverá ser constituído por Unidades Familiares de Produção Agrária - UFPA's.

Art. 2º - As metas individuais de elaboração de projetos de crédito rural a serem alcançadas por cada extensionista vinculado à EMATER-PARÁ, no exercício de 2017 serão de, no mínimo, 30 projetos, não podendo ultrapassar o limite máximo de 100;

Art. 3º - As metas financeiras de elaboração de projetos de crédito rural para o exercício de 2017 de R\$1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Reais) por técnico;

Art. 4º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva;

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PAULO AMAZONAS PEDROSO

Presidente

Protocolo: 206875

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 05/2017

Objeto: Instituir mútua e ampla cooperação entre os PARTÍCIPES com vistas à implementação de um Banco de Alimentos Municipal em parceria com o Governo do Estado do Pará, tendo a CEASA como um dos agentes capacitadores dos produtos para atender as entidades e beneficiados sob a égide da COPSAN;

1º partícipe:

CEASA/PA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARÁ S/A

2º partícipe:

COPSAN - COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ;

Valor: R\$ 0,00

Assinatura: 18 de julho de 2017;

Vigência: 18/07/2017 à 18/07/2018;

Nome do Ordenador:

Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro

Diretora Presidente - CEASA/PA

Protocolo: 206766